

Família por adoção como ambiente terapêutico

Saulo Araújo Cunha

IBPW/IWA

Resumo: Quando a criança conquista a capacidade de se relacionar com três pessoas, precisa a partir de então que a família lhe ofereça os cuidados que favoreçam o seu amadurecimento. Há casos, porém, em que a família se rompe e a criança acaba por ingressar num serviço de acolhimento (abrigo). A separação pode resultar em uma distorção do seu desenvolvimento emocional. A seguinte questão ganha relevância nestas situações: quais conquistas a criança já havia feito no seu processo de amadurecimento e com quais tarefas estava às voltas quando o desastre sobreveio? Em casos assim, quando a adoção se mostrar a melhor solução, essas crianças precisarão encontrar na nova família condições para retomar o seu processo de amadurecimento. Para tanto, será necessário que o novo ambiente vá se tornando confiável. Tal qualidade daquilo que poderá se tornar um novo lar ajudará a promover o surgimento da esperança do encontro de um bom ambiente, e isso poderá ser expresso, por exemplo, por meio da tendência antissocial. Não raro, a retomada do processo de amadurecimento implica também na regressão da criança à dependência. Como afirma Winnicott, quando a história ambiental não foi suficientemente boa, os pais por adoção recebem um caso e passam a ser terapeutas da criança. O lar acaba por ser, assim, aquilo que ele denominou Lar Primário (*Primary Home*).

Palavras-chaves: Ambiente, família, adoção, tarefas, serviço de acolhimento, privação, tendência antissocial e regressão à dependência.

Abstract: When a child conquers the ability to relate to three people, they need from then on that the family offers them the care that favors their maturation. However, there are cases in which this family breaks up and the child ends up going to a childcare facility (shelter). This separation can result in a distortion of the child's emotional development. The following question becomes relevant in these situations: What achievements had the child already made in their maturation process and what tasks were they facing when the disaster struck? In cases like this, when adoption proves to be the best solution, these children will need to find conditions in the new family to resume their maturation process. To do so, it will be necessary for this new environment to become reliable. The quality of what could become a new home will help to promote the emergence of hope of finding a good environment, and this can be expressed, for example, through an antisocial tendency. It is not rare that the return to the maturation process also implies the child's regression to dependence. As Winnicott states, when the environmental history was not good enough, the adoptive parents receive a case and become the child's therapist. Home turns out to be what he called Primary Home.

Keywords: *environment, family, adoption, tasks, shelter, deprivation, antisocial tendency, regression to dependence*

Família por adoção como ambiente terapêutico

No início, quando ainda não há bebê, mas a unidade 2 em 1, é a mãe, ou a pessoa que a substitui, quem se adapta e oferece os cuidados adequados às necessidades de sua criança,

apoiada pelo pai – ou por quem ocupa esse papel – ou ainda pelas pessoas com quem conta. Mais à frente, quando a criança já tiver feito algumas conquistas importantes e outras necessidades surgirem, ela necessitará então dos cuidados de sua família, tenha a configuração que tiver. O que importa aqui é a condição de essas pessoas constituírem um ambiente suficientemente bom. Nas palavras de Winnicott, família é “... a unidade conhecida como tendo o tamanho e tipo certos para satisfazer as necessidades da criança, quando ela emerge do relacionamento de duas pessoas com a mãe e desenvolve a capacidade de estabelecer relacionamentos de três pessoas.” (1959/1996, p. 71).

Ocorre que algumas crianças são afastadas de seus pais e de suas famílias que, pelas razões mais diversas, não podem oferecer-lhes os cuidados devidos. Por vezes, elas são acolhidas por familiares ou por pessoas conhecidas. Todavia, há casos em que são encaminhadas para serviços de acolhimento institucional ou familiar. Algumas delas, com a intermediação do Poder Judiciário, chegam às famílias por adoção. E é dessa última situação que trataremos aqui.

Na teoria do amadurecimento winnicottiana, encontramos que a criança parte da dependência absoluta para a independência relativa do ambiente. Em cada etapa desse caminho, ela precisa de cuidados ambientais adequados às tarefas com que vai se deparando e cuja realização lhe possibilitará prosseguir no seu desenvolvimento. Vale colocar em relevo que uma criança não está às voltas com uma tarefa apenas e que ela não necessariamente conclui uma para então passar para a outra. Ela está às voltas com várias tarefas, já que são várias as integrações que precisam acontecer.

Assim sendo, os efeitos do rompimento do lar e, portanto, de um eventual ambiente facilitador sobre a criança depende do momento do processo de amadurecimento em que ela se encontra. Dessa maneira, as seguintes perguntas ganham relevância: Qual é a história deste lar? Houve um período em que as coisas andaram relativamente bem, que havia regularidade e constância, até que sobreveio o desastre? Ou o ambiente tinha como padrão a inconstância, a falta de regularidade e de previsibilidade? Com quais tarefas as crianças estavam envolvidas quando o ambiente começou a falhar?

Naturalmente, não é fácil chegar a essas informações. Muitas vezes, é impossível. Um tanto porque é difícil o contato com as fontes, outro tanto porque tais informações não são apenas objetivas. Além disto, é grande o risco de a história do desenvolvimento da criança e dela com sua família de origem se perderem em parte, às vezes, quase integralmente, quando acontece a separação e o ingresso da criança em um serviço de acolhimento. Isso é tanto mais certo quanto menor for a criança. Por melhor que seja, um abrigo não conseguirá conservar a

história de um acolhido como uma família suficientemente boa o faria. Quando se olha para esse ponto sob o prisma dos cuidadores, e especialmente daqueles que permanecem por tempo considerável nos abrigos, os acontecimentos da vida das crianças que essas pessoas testemunham e não compartilham com outros profissionais nem registram correm o sério risco de serem esquecidos quando elas se desligarem da instituição. Isso trará prejuízo principalmente para as crianças menores, que têm menos condições de guardarem suas próprias histórias. Outro aspecto importante é que a história pode ir ficando pelo caminho quando acontecem as transferências das crianças de um abrigo para outro. E, em alguns casos, isso acontece vezes diversas. “... os pais comuns recapitulam a vida passada da criança, incluindo aquilo de que ela só se recorda vagamente, e as coisas de que nada sabe.” (1950a/1999, p. 209).

Num texto escrito a partir de sua experiência com as crianças londrinas evacuadas durante a Segunda Grande Guerra, e que passaram a viver em alojamentos, Winnicott e Clare Britton dizem:

Muitas vezes é impossível obter uma história fidedigna desse relacionamento inicial e, nesse caso, o passado terá de ser reconstituído através da observação da criança no alojamento, durante um período de meses.

Durante o período de observação, existem certas indicações especialmente valiosas: habilidade para jogos, perseverança, capacidade para fazer amigos. (1947/1999, p. 72)

Em uma carta escrita para o editor da Times, Winnicott refere-se ao lar comum (*ordinary home*): “... no qual pais comuns (*ordinary parents*) estão fazendo um trabalho comum bom (*ordinary good job*), provendo os bebês e as crianças daquela base para a saúde mental que os capacitará a se tornarem parte da comunidade.” (1950b/1990, p. 27)

Dentre os tantos pontos relativos à separação de crianças de suas mães e de suas famílias, debruçamo-nos aqui sobre dois deles: a existência ou não de um lar comum antes que a separação se consumasse e o momento do amadurecimento no qual a criança se encontrava.

A separação de um recém-nascido de sua mãe faz surgir algumas perguntas. Como foi para a mãe ter concebido essa criança? Como foi a gestação? A mãe teve condições de oferecer um ambiente estável¹ para o bebê, lembrando que tal ambiente durante toda a gravidez foi o interior de seu corpo, que, seguramente, é afetado pelo seu estado emocional? Como foi o parto?

¹ Quando o ambiente é adaptado às necessidades do bebê, sua estabilidade favorece a continuidade de ser do bebê. Continuar a ser é uma necessidade que, após o bebê atingir o estado de ser, se estende por toda a vida.

Note-se que, ainda que a mãe tivesse entregado o bebê logo após o parto e nem o tivesse olhado, não poderíamos dizer que a criança iria iniciar o seu processo de amadurecimento com outras pessoas partindo da estaca zero. Em um de seus textos, Winnicott diz que o amadurecimento tem início em algum momento após a concepção. O interior do corpo da mãe é o ambiente no qual o embrião, o feto e depois o bebê tiveram experiências², podendo inclusive ter desenvolvido defesas contra intrusões³. O autor diz, por exemplo, que um dos primeiros marcadores do tempo subjetivo do bebê é constituído pelo ritmo dos movimentos respiratórios e cardíacos da mãe e que, ao nascer, o bebê precisa do contato com o corpo materno para se religar a estes ritmos. Há, portanto, uma história já iniciada que será interrompida para ter continuidade com outras pessoas. Enfim, há já registros no corpo do bebê, pois, no início as memórias são corporais.

A separação da mãe de uma criança um pouco maior, ao final do sexto mês de vida, por exemplo, traz outras questões. Grosso modo, se a criança provém de um lar comum, como descrito pelo autor, está adentrando a etapa da dependência relativa e pode, nesse momento, sofrer uma experiência de privação (*deprivation*), podendo apresentar a manifestação da tendência antissocial. Por outro lado, se, em vez do lar comum, ela provém de um ambiente inicial que foi na maior parte das vezes intrusivo, ela pode ter desenvolvido defesas psicóticas. E é com uma, com outra ou com ambas as condições que ela será encaminhada para serviços de acolhimento e, eventualmente, para uma adoção.

Preocupados com a evacuação de crianças pequenas de Londres, Winnicott, Bowlby e Miller, escreveram uma carta ao *British Medical Journal*, na qual faziam um alerta:

É bem possível, para uma criança de qualquer idade, sentir-se triste ou perturbada ao ter que deixar o lar, mas o que desejamos sublinhar é que, no caso de uma criança menor, essa experiência pode significar muito mais do que a experiência real de tristeza. Pode, de fato, equivaler a um blackout emocional e levar facilmente a um distúrbio grave do desenvolvimento da personalidade, distúrbio esse que poderá persistir por toda a vida. (Órfãos e crianças sem lar iniciam suas vidas como tragédias, ...). (1939/1999, p. 10)

Relacionar a ruptura da família com os estágios do processo de amadurecimento e com a realização das diferentes tarefas pela criança é algo complexo. De saída, é preciso considerar, como já dissemos anteriormente, que “a marcha à frente não é mantida o tempo todo” (1949/1982, p. 92) e, assim, uma criança pode se encontrar em dois ou mais estágios ao mesmo

² Na teoria winnicottiana, o sentido de experiência varia de acordo com a etapa do amadurecimento.

³ Invasões do ambiente que levam o bebê a reagir e que tem como consequência a interrupção da sua continuidade de ser.

tempo. Estes, em alguma medida, se superpõem e, por vezes, a criança precisa regredir para descansar ou recuperar o que ficou para trás. Todavia, encontramos em Winnicott: “É possível dizer que a ruptura da situação familiar provocará uma distorção no desenvolvimento emocional de uma criança na fase anterior à latência, mas em grande parte esta situação depende do desenvolvimento emocional anterior”. (1988/1990, p. 174) O fato é que, como não poderia deixar de ser, cada caso precisa ser analisado nas suas particularidades.

É importante ressaltar que, como qualquer outra criança ou adolescente, aqueles que foram afastados de suas famílias precisam continuar amadurecendo. A peculiaridade aqui é que o seu amadurecimento pode, de diferentes maneiras, ter sido afetado pelo rompimento do tecido familiar. Com isso, além dos cuidados que necessitariam se tudo tivesse corrido bem, possivelmente exigirão um pouco mais do ambiente.

Vale destacar que a adoção não é a melhor solução para todos aqueles que foram afastados de seus pais e familiares como veremos mais à frente. Todavia, quando a adoção se mostrar indicada, a criança terá melhores condições de continuar amadurecendo se encontrar na nova família os cuidados que necessita para tanto.

Tais crianças não precisam de um lar substituto, pois, embora exista no meio social a expressão família substituta, é de se perguntar se de fato é possível substituir a família que fracassou por outra. O que elas precisam é daquilo que Winnicott nomeou como lar primário: “Elas [crianças alojadas] precisavam, portanto, menos de substitutos para seus próprios lares do que de experiências de um lar primário que fossem satisfatórias. Por experiências de lar primário entende-se a experiência de um ambiente adaptado às necessidades especiais da criança, sem o que não podem ser estabelecidos os alicerces da saúde mental.” (1947/1999, p. 63).

Outro ponto importante é que a adoção não é um ato de bondade nem de assistência social. Também não é uma maneira de se substituir o filho que morreu, nem mesmo de preencher o vazio da casa ou de espantar a tristeza que lá habita. No seu âmago, a adoção é o encontro de quem deseja tornar-se pai ou mãe com quem necessita de pais.

São várias as razões que levam as pessoas a se tornarem pai ou mãe por adoção: infertilidade; idade avançada da mulher; ausência de um parceiro para concepção pelas vias naturais; homoafetividade; desejo de se tornar pai ou mãe por adoção já tendo ou não filhos biológicos, entre outros motivos. A filiação, nesse caso, se dá com a intermediação do Poder Judiciário.

Alguns daqueles que se depararam com a infertilidade como um obstáculo para a chegada de seus filhos recorreram à reprodução assistida antes de decidirem pela adoção. Em

alguns casos, recorreram várias vezes. Para essas pessoas, o insucesso dessas tentativas se soma à impossibilidade da gravidez pelas vias naturais.

De maneira geral, aqueles que pretendem tornar-se pais por adoção temem a reprovação do Sistema Judiciário, representado pelas Varas da Infância e da Juventude. Não raro, expressam desconfiança e sentimento de perseguição.

Outro grande temor daqueles que pretendem se tornar pais por adoção é o de não serem queridos pelas crianças que lhes forem apresentadas pelo Poder Judiciário. Tal rejeição se somaria aos insucessos das tentativas anteriores de terem filhos. Aqui há um risco de tomarem qualquer manifestação da criança como um indício de rejeição.

Um aspecto importante é o medo dos adotantes de que a família biológica reapareça, reivindique o retorno da criança e, pior ainda, de que esta queira regressar. Isto pode estar ligado ao sentimento de quem adota de estar agindo indevidamente, de buscar a satisfação de seu desejo às custas do sofrimento do outro, de tomar para si (roubar) a criança de outra família. Tal medo pode ser ainda mais intenso nos casos nos quais a criança mantém contato com sua família de origem. Nestas situações, aqueles que estão adotando temem precisar dividir o filho com quem desejava que tivesse caído no esquecimento. A situação é complexa, pois a criança pode tanto querer ser adotada como se manter ligada à família de origem, sem que uma situação exclua a outra. O ponto então é o quanto isso é possível para quem está adotando. Numa situação assim, a criança pode experimentar o sentimento de estar sendo desleal com ambas as partes, o que se constitui numa sobrecarga.

Há também o caso de crianças acolhidas que não querem ser adotadas. Uma das razões pode dizer respeito ao fato de que elas se mantêm firmes no propósito de retornarem para suas famílias biológicas. Nesse caso, o melhor é encontrar outras formas de cuidado.

Na adoção ocorre o encontro de dois mundos: o de quem está adotando com o daquele que está sendo adotado. Esses mundos serão sempre diferentes, mas, na maior parte das vezes, são muito diferentes. Neste sentido, é natural que haja estranhamentos, desconfianças e inseguranças.

O estabelecimento da segurança e da confiança⁴ leva tempo, e esses são elementos fundamentais para o sucesso da adoção. Num texto de Winnicott, encontramos: “Estas crianças [adotadas] precisam de informações, mas a informação não é suficiente. Elas precisam de uma pessoa confiável em suas vidas, alguém que esteja do seu lado ...” (1955/1997, p. 132).

⁴ Se não houver um mínimo de confiança, a criança não pode avançar no seu processo de amadurecimento.

Antes da efetivação da adoção pelo Poder Judiciário, há o chamado período de aproximação no qual aqueles que pretendem se tornar pais por adoção encontram seus possíveis filhos periodicamente no serviço de acolhimento. Esses encontros são monitorados pela equipe técnica do abrigo e pela Justiça. Com o tempo, o juiz pode autorizar a realização de pequenos passeios. Se o período de aproximação for bem-sucedido, os adotantes são autorizados pela Justiça a levar aqueles que poderão se tornar seus filhos para morar em suas casas por um tempo determinado. Inicia-se, então o período de convivência, no qual são acompanhados pela equipe técnica do Poder Judiciário. É fundamental que se destine para essas etapas o tempo necessário para a verificação do surgimento ou não de condições favoráveis à adoção, antes que o magistrado profira a sentença de adoção. O sucesso da adoção não está garantido de antemão e os períodos de aproximação e de convivência têm a finalidade de mostrar sua viabilidade, ainda que apenas em alguma medida. Nos casos em que os sinais de impossibilidade de uma relação saudável de filiação se mostrarem expressivos, é importante levá-los em conta antes de se decidir pela concretização da adoção, pois isso pode evitar grandes sofrimentos, especialmente o mais temido de todos: a devolução, ou o novo abandono da criança.

Tem-se por vezes a ideia de que já no primeiro contato dos futuros pais com seus futuros filhos deva acontecer aquilo que poderia se caracterizar como um grande encontro e que esse é o sinal maior de que a adoção prosperará. Isso pode até acontecer, mas em boa parte das vezes o que surge é estranhamento, dúvidas e a confrontação do que foi idealizado com a realidade. Ao longo do tempo, e lentamente, pode ir se constituindo uma relação.

Será necessário que, com o tempo, surja naqueles que estão adotando uma identificação com a criança para que possam atender às suas necessidades. No caso dos bebês, por exemplo, o autor afirma que a mãe por adoção pode desenvolver o estado de sensibilidade especial no sentido daquele denominado Preocupação Materna Primária:

[...] a mãe do bebê é a pessoa mais adequada para cuidar desse mesmo bebê: é ela a pessoa capaz de atingir esse estágio especial de preocupação materna primária sem ficar doente. Já a mãe adotiva, ou qualquer outra mulher capaz de adoecer no sentido da preocupação materna primária, pode estar em condições de adaptar-se bem o suficiente, na medida de sua capacidade de identificar-se com o bebê. (1956/2000, p. 404)

Tem sido cada vez maior o número de homossexuais e de casais homoafetivos que buscam tornar-se pais e mães por adoção. Isso se deve às mudanças sociais e culturais ocorridas nos últimos tempos, principalmente nos grandes centros urbanos. Aqui ou ali levantam-se questões sobre a possibilidade de essas pessoas oferecerem as condições necessárias para o bom desenvolvimento emocional de seus filhos. Winnicott nos traz uma grande contribuição nesse

sentido, pois, ao invés de colocar no centro o sexo biológico, coloca a quantidade de elementos femininos e masculinos puro, ou, respectivamente, elemento identidade puro e elemento instintual idade puro, como os denomina Serralha, no seu artigo *A teoria do amadurecimento e novas configurações familiares*. Ambos os elementos existem em homens e mulheres e em quantidades variáveis. O elemento identidade puro diz respeito à capacidade de identificação, que possibilita ao homem ou à mulher ser e deixar ser. Já o elemento instintualidade puro diz respeito ao relacionamento com o objeto e tem por base a instintualidade. Nas palavras de Serralha:

Desse modo, o que se revela essencial na teoria winnicottiana e o que permite pensar a possibilidade de constituição de um ambiente facilitador em outras configurações familiares que não somente na tradicional, é a capacidade de exercer funções – quer seja homem ou mulher e em qualquer papel social –, que atendam as necessidades do indivíduo em processo de amadurecimento. Para tanto, sua teoria sobre os elementos feminino e masculino puros (elementos identidade e instintualidade puros) presentes em cada um de nós traz subsídios essenciais.

A configuração homoparental, por exemplo, não pode ser um problema em si para a constituição de um si mesmo integrado e amadurecido de um indivíduo, já que esse processo é basicamente dependente dos potenciais de elemento feminino puro (elemento identidade puro) e masculino puro (elemento instintualidade puro) desenvolvidos e integrados, e das características de confiabilidade e capacidade de sustentação e manejo, que os membros dessa configuração possam apresentar. (Serralha, 2017, p. 172)

Por mais que todos os envolvidos no processo de adoção – os que desejam tornar-se pais por essa via, os técnicos e operadores do Poder Judiciário e os técnicos dos serviços de acolhimento – procurem prevenir eventuais dificuldades no estabelecimento de uma relação saudável entre os adotantes e os adotados, e, ao fim e ao cabo, o sucesso da adoção, só se saberá se dificuldades surgirão ou não e se os adotantes e os adotados terão ou não condições de sobreviver a elas quando, de fato, a convivência entre eles tiver início. Muitas vezes, a adoção não progride por dificuldades dos adotantes. Dentre elas, há a impossibilidade de conciliar a criança idealizada com a criança real. Há casos nos quais aqueles que estão adotando consideram que a criança é portadora de algo ruim, de sangue ruim, o que a leva a ter comportamentos reprováveis. Nesses casos, essa tal herança nefasta é apontada como fator inviabilizador da adoção. Há também os casos nos quais os adotantes consideram injusto terem que se haver com as dificuldades da criança e seus possíveis enfrentamentos e agressões, por considerarem que suas causas são anteriores à adoção e, portanto, da responsabilidade dos pais biológicos. Em outras palavras, sentem-se pagando pelo erro de outros. Como diz Winnicott “A questão é que, embora os pais aceitem naturalmente as cargas que resultam de seu próprio

fracasso relativo no manejo inicial de seus filhos (e um fracasso relativo sempre existe), será que eles aceitam facilmente fracassos de outras pessoas e toleram as cargas decorrentes do fracasso ambiental anterior à adoção, pelas quais não conseguem se sentir responsáveis?” (1953/1997, p. 116).

Do ponto de vista da criança, “muita coisa depende da história anterior” (1953/1997, p. 116). Se houve alguma experiência de um lar comum, são maiores as possibilidades de poderem aproveitar o bom ambiente eventualmente oferecido por um lar por adoção. Se não, tal experiência precisará ser vivida pela primeira vez nesse novo ambiente, e isso pode ser mais desgastante.

É importante destacar que, havendo ou não dificuldades, sendo essas grandes ou pequenas, o que está no centro – ou, pelo menos, deveria estar – é o desejo dos adotantes de se tornarem pais e a necessidade dos adotados de terem pais. Esses últimos necessitam que a família que pode se formar se constitua em um ambiente suficientemente bom, que facilite o seu processo de amadurecimento. E, vale destacar, precisam apenas que tal ambiente seja suficiente para tanto, não que seja perfeito. Muitos deles precisarão regredir à dependência para retomar o seu processo de amadurecimento, que pode ter sido afetado pelas falhas ambientais. Dessa maneira, será imprescindível que nesse novo ambiente ocorra o surgimento da confiança. Para ilustrar, há casos de meninos e meninas cuja idade cronológica corresponde à adolescência, mas que no lar por adoção pedem que sejam levados à cama na hora de dormir, que lhes contem histórias infantis e que lhes segurem a mão até que adormeçam. Podem também, em determinados momentos do dia, pedir colo e nele aninhar-se como um bebê. Às vezes, até pedem leite na mamadeira. E por quanto tempo situações dessa natureza podem perdurar? Pelo tempo que cada um necessitar para recuperar o que não foi devidamente experienciado anteriormente e que impede o seu avanço na linha do amadurecimento.

Um ponto importante é que as crianças que tiveram a experiência de um lar comum que deixou de existir e, portanto, sofreram privação, podem, ao identificar no lar por adoção alguns elementos de confiabilidade, ter “esperança de redescoberta de uma mãe suficientemente boa, de um lar suficientemente bom, de uma inter-relação parental suficientemente boa. Até a raiva pode indicar que existe esperança, ...” (1950a/1999, p. 200). Tal esperança se expressa por meio da manifestação da tendência antissocial e, para que de fato ela lhes traga benefícios, será necessário que os pais por adoção sobrevivam. “Se vocês sobreviverem, a criança terá oportunidade de crescer e vir a ser algo parecido com a pessoa que deveria ter sido se um infausto colapso ambiental não tivesse acarretado o desastre”. (1970/1999, p. 258)

É bastante comum que, no início de processo de adoção, as crianças se adequem muito bem ao ambiente, deixando a impressão de que tudo correrá sempre com muita tranquilidade. Assim, podem contentar-se com tudo que lhes é oferecido, não apresentar demandas, não incomodar e não reclamar. A título de ilustração, uma criança, ao acordar antes dos outros membros da casa, pode eventualmente aguardar o despertar dos demais silenciosamente em seu quarto ou até mesmo sentada silenciosamente na poltrona à frente da cama dos pais. O que acontece é que, depois de adquirir confiança, vai adquirindo a capacidade de sentir raiva do rompimento do lar de origem. Assim, a uma certa altura, os pais por adoção podem descobrir que se tornaram objeto do ódio de seus filhos. Esses podem provocar o seu descontentamento e a sua reação como tentativa de trazer uma maldade que possa ser enfrentada pelo ódio; a transformação do ódio encerrado em seu íntimo, relacionado ao fracasso do lar de origem, no ódio que agora se confronta com o ódio externo lhe trará alívio. Com isso, os pais agora, tomados como cruéis, poderão ser amados. Em situações como essas, os pais acusados de maus-tratos pelos filhos poderão se ver numa situação constrangedora no seu meio social.

Outro ponto importante é que é necessário identificar o que é próprio das diferentes etapas do processo de amadurecimento daquilo que é peculiar à adoção. Para exemplificar, é conhecido o fato de que os adolescentes se opõem aos pais no sentido de poderem ganhar distância e constituírem a sua própria identidade. Adolescentes adotados, por serem adolescentes, podem manifestar-se dessa maneira e então é necessário tomar cuidado para bem identificar e não se atribuir tal manifestação à adoção. O risco nesse caso é o de colocar um rótulo de abandonado e depois adotado em tais crianças e adolescentes, usando tais situações como lentes para examinar o que eles fazem ou deixam de fazer. “... precisamos estar familiarizados com as perturbações e contratempos que fazem parte da história humana comum em suas infinitas variações, para que possamos compreender os problemas especialmente relacionados à adoção”. (1953/1997, p. 115)

O fato é que, quando a família por adoção tem condições de se identificar e de oferecer à criança um ambiente que lhe possibilita retomar e prosseguir no seu processo de amadurecimento – e isso pode ser bastante trabalhoso e desgastante – ela é, por si só, terapêutica.

Os problemas aqui se relacionam muito à psicologia da criança que sofreu deprivações, e quando a história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental, a mãe adotiva não está adotando uma criança, mas um caso e, ao se tornar mãe, ela passa a ser a terapeuta de uma criança carente. Ela pode ter sucesso, porque a terapia que está proporcionando é exatamente a terapia da qual a criança precisa; mas o que ela fizer como mãe, e o que o pai fizer como pai, e o que os dois fizerem juntos,

terá de ser feito mais deliberadamente, com mais conhecimento do que está sendo feito e repetidamente, ao invés de apenas uma vez, porque a terapia é mais complexa do que o bom manejo comum. (1953/1997, p. 117)

Neste sentido, em vez de substituir a família biológica, a família por adoção pode se constituir num lar primário:

Por experiências de lar primário entende-se a experiência de um ambiente adaptado às necessidades especiais da criança, sem o que não podem ser estabelecidos os alicerces da saúde mental. Sem alguém especificamente orientado para as suas necessidades, a criança não pode encontrar uma relação operacional com a realidade externa. Sem alguém que lhe proporcione satisfações instintivas razoáveis, a criança não pode descobrir seu corpo nem desenvolver uma personalidade integrada. Sem uma pessoa a quem possa amar e odiar, a criança não pode chegar a saber amar e odiar a mesma pessoa e, assim, não pode descobrir seu sentimento de culpa nem o seu desejo de restaurar e recuperar. Sem um ambiente humano e físico limitado que ela possa conhecer, a criança não pode descobrir até que ponto suas ideias agressivas não conseguem realmente destruir e, por conseguinte, não pode discernir fantasia de fato. (1947/1999, pp. 63-64)

Ao se referir ao lar primário nessa citação, Winnicott destaca a sua importância para a realização pela criança de tarefas fundamentais para o seu amadurecimento. Coloca em relevo aquelas que têm início desde o nascimento e que nunca serão completadas: o alojamento da psique na soma (personalização) e o início das relações ambientais e objetais (realização). Poderíamos acrescentar aqui a integração no tempo e no espaço. O autor destaca também o fato de que o ambiente adaptado às necessidades da criança favorece a integração de sua vida instintual, conquista que se dará quando já houver uma certa integração em um eu e a criança tiver adentrado o estágio do concernimento.

Se a família por adoção pode ser terapêutica, o seu fracasso, que resulta em um novo abandono da criança, implica num fracasso da terapia. Como encontramos em Winnicott:

[...] enquanto a criança comum é muito enriquecida pela experiência de ser ajudada até o *status* adulto por sua própria família, no caso da criança adotada temos de dizer que se a família se fragmenta por alguma razão, não é tanto uma questão de fracasso do enriquecimento quanto uma questão de fracasso da terapia, e o resultado provavelmente será a doença na criança, especialmente a organização na linha antissocial. (1953/1997, p. 117)

Pelo exposto, vemos que os processos de adoção podem ser atravessados por dificuldades de naturezas e intensidades diversas. Apesar disso, não estão condenados ao fracasso nem ao estabelecimento de relações de filiação de menor valor. Como diz Winnicott: “Primeiro, a adoção é uma coisa boa, e com muita frequência bem-sucedida” (1955/1997, p.

131); “... se a adoção transcorre bem, a história é uma história humana comum”. (1953/1997, p. 115).

Referências

- Serralha, C. A. (2017). A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Natureza Humana*, 19 (2), 163-177.
- Winnicott, D. W. (1939). Evacuação de crianças pequenas. In D. W. Winnicott, *Privação e delinquência* (pp. 9-11). São Paulo: WMF Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1947). Tratamento em regime residencial para crianças difíceis. In D. W. Winnicott, *Privação e delinquência* (pp. 59-80). São Paulo: WMF Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1949). O desmame. In D. Winnicott, *A criança e o seu mundo* (pp. 89-94). Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- Winnicott, D. W. (1950a). A criança despossada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar. In D. W. Winnicott, *Privação e Delinquência* (pp. 195-213). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1950b). Carta 16 - Ao Editor, Times, maio de 1950. In D. Winnicott, *O gesto espontâneo* (pp. 27-28). São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Winnicott, D. W. (1953). Duas crianças adotadas. In D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças* (pp. 115-125). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- Winnicott, D. W. (1955). A adolescência das crianças adotadas. In D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças* (pp. 131-140). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- Winnicott, D. W. (1956). A preocupação materna primária. In D.W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise* (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. W. (1959). Uma abordagem clínica aos problemas familiares: a família. In D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças* (pp. 70-72). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- Winnicott, D. W. (1970). Assistência residencial como terapia. In D. W. Winnicott, *Privação e Delinquência* (pp. 249-260). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1988). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.